

POR UMA FORMAÇÃO DOCENTE DESPATRIARCALIZADA: REFLEXÕES A PARTIR DAS PEDAGOGIAS FEMINISTAS

Eixo Temático 16 - Gênero e Profissionalização Docente: Desafios do Tempo Presente

Izandra Falcão Gomes ¹
Ana Maria Brandão²

RESUMO

Este ensaio é um recorte de uma pesquisa científica em andamento, centra-se na crítica a formação docente dos/as professores/as dos anos iniciais de escolarização assumida pelo curso de Pedagogia e tem como objetivo estimular a reflexão acerca da ausência de disciplinas que pautem as questões assumidas pelos movimentos e teorias feministas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa assente na estratégia de estudo de caso, viabilizada pelas técnicas de entrevista, questionário e análise documental. Neste texto, o foco é na análise da ementa de uma disciplina ofertada por um curso de Pedagogia de uma universidade pública que, visivelmente, reproduz um currículo moldado pela cultura patriarcal, distanciado da *ordre du jour* e das pautas feministas.

Palavras-chave: Pedagogias Feministas; Formação Docente; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Currículo.

INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico é, em parte, recorte de pesquisa de doutorado e, também, reflexo das inquietações de duas docentes e formadoras de professoras/es. Propomos uma reflexão crítica acerca da formação docente dos/as professores/as que atuam nos anos iniciais do Ensino

¹ Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Minho e Investigadora Colaboradora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho). Professora Assistente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), izandra.falcao@uece.br.

² Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (PT) e Investigadora Integrada do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais – Polo da Universidade do Minho (CICS.NOVA.UMinho), anabrandao@ics.uminho.pt.

Fundamental, partindo da seguinte questão: sendo majoritariamente mulheres, porque o currículo de formação das/os professoras/es das séries iniciais não inclui disciplinas que pautem o feminismo e/ou gênero? Esta questão direciona diferentes análises, mas, em razão do espaço e do andamento da pesquisa, delimitamos a análise apenas da ementa de uma disciplina da matriz curricular de um curso de Pedagogia de uma universidade pública brasileira.

Feito esse esclarecimento, acreditamos na educação escolar como caminho-meio para se desenvolver sujeitos/as capazes de transformar a realidade social e romper com a estrutura patriarcal que, entre outros aspectos, continua separando e hierarquizando os homens, mulheres, normatizando as violências contra mulheres e grupos identitários e que, conforme revelam as estatísticas³ se concretizam no avanço da violência doméstica, familiar e do feminicídio, além dos casos de assédio sexual e estupro. Dessa forma, estamos convictas de que o processo de formação de professores/as deve incluir conhecimentos que pautem essas questões e que permita aos/as professoras/es uma formação cuja lente teórica os/as possibilite compreender as conjunturas históricas, políticas e sociais que definiram e normalizaram as assimetrias de gênero.

Como sugere o título, o signo patriarcal é acompanhado do prefixo “Des” para afirmar e designar: i) que a formação docente permanece impregnada pela cultura patriarcal, colonial e permeada por marcadores de gênero, raça e classe; ii) que é urgente e necessária uma desconstrução dos atuais currículos de formação docente; iii) que transformar a educação está no horizonte possível de que romper com a cultura patriarcal, colonial e gendrada se dará por intermédio das Pedagogias Feministas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de patriarcado é útil para entendermos as formas como a cultura estabelecida carrega resquícios do patriarcado clássico e muitos comportamentos do patriarcado moderno, reestruturados pelo capitalismo com um novo *modus operandi* baseado na regulação da posse das mulheres pelos homens que consolidou a hegemonia masculina (PATERMAN, 1988). O patriarcado contemporâneo, é modulado pela intensificação do capitalismo financeiro e pela globalização do mundo, tem características próprias, sobretudo, facilitado pelas interações sociais decorrentes das novas tecnologias e pelas regulações jurídicas internacionais e regionais que asseguraram alguma proteção e segurança as mulheres. Embora se reconheça que o patriarcado não se manifesta como nos tempos remotos, permanece presente através do seu

³ Consultar o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Nacional de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Consultado em: 04/07/2022 às 18h10.

conjunto cultural que impõe sociabilidades que modulam comportamentos e que são amplamente aceitos, visto que todas as nossas experiências são reflexos da cultura e do pensamento social baseado num estoque de experiências anteriores nossas ou transmitidas pelos nossos pais, professores/as e comunidade (SCHÜTZ, 2001). A nossa forma de ver e interpretar o mundo é organizada por um conjunto discursivo veiculado por instituições do Estado, além da igreja e da família, encarregadas de imprimir nos corpos os padrões “apropriados”. Dessas estruturas, as instituições formativas, responsáveis pelo processo de escolarização e profissionalização, têm um lugar fundamental na reprodução da cultura patriarcal e gendrada. Primeiro, por terem excluído as mulheres das escolas e universidades; segundo, ao permitirem o seu acesso, conduziram os processos formativos por intermédio de um currículo moldado pela cultura patriarcal que “proíbe” debates acerca da sexualidade e gênero e silencia-se diante da possibilidade de propor um novo currículo.

Na contramão, o movimento feminista tem enfrentado as estruturas opressoras de gênero e construído um corpo teórico crítico da ordem do patriarcado e da dominação masculina. A entrada das mulheres na universidade intensificadas após a década de 1960, criou um novo cenário não apenas para a elaboração do conhecimento científico feminista, mas, possibilitou que esse conhecimento fosse sistematizado e ofertado. É do lugar da docência universitária que a Pedagogia Feminista (PF) se torna uma estratégia de promoção de uma aprendizagem libertadora para as mulheres e homens. A PF é um conjunto de “conceitos e ações que visa conscientizar pessoas, tanto homens como mulheres, do sistema patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes suporte, ferramentas para combater, vencer as desigualdades e, assim, terem condições de construir a equidade entre os sexos e sua própria autonomia” (SARDENBERG, 2006, p.46), portanto, uma forma de ensinar e aprender a ser feminista, enfrentar e romper com a lógica masculinista que nos obriga a fazer “encaixes sociais”.

No entanto, mesmo com o visível crescimento de um movimento reacionário fortemente arraigado a velhas doutrinas e a interpretações equivocadas do feminismo, os cursos de formação inicial de professoras/es permanecem reproduzindo uma matriz curricular que, em larga medida, repete as velhas práticas disciplinares e pedagógicas. Mesmo com o aumento da violência contra a mulher, paradoxalmente, as/es professoras/es oriundos/as desses cursos reservam-se a ensinar a fazer prova e seguir modelos de planejamento de aula voltados para esse fim. Vítimas de uma formação desvinculada das pautas feministas, seguem a profissão reproduzindo a cultura assente no heteropatriarcado

Este ensaio é um recorte de uma pesquisa qualitativa, guiada por um enfoque epistemológico crítico ancorado, na Teoria Sociológica, na Teoria da Educação e nas Teorias Feministas. Trata-se de um estudo de caso que tem como suporte analítico a análise de conteúdo viabilizado pela técnica da entrevista e com o questionário semi-estruturado, além da análise documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os enraizamentos e adesões a cultura patriarcal estão cristalizadas de tal que forma que, mesmo em cursos em que a procura é por maioria de mulheres, como o curso de Pedagogia, se verifica, nas matrizes curriculares, a escassez de disciplinas que trabalhem questões pautadas pelos movimentos e teorias feministas. Na matriz curricular em análise, encontramos apenas uma disciplina de dois créditos com o nome de *Educação e Diversidade* que inclui temas como gênero, sexualidade e multiculturalismo, para citar alguns. A disciplina apresenta a seguinte ementa:

“Concepções e principais discussões sobre a diversidade na atualidade. Diferentes campos e valores em que as ações educativas se exercem: gênero, sexualidade, ecologia, trabalho e nível sócio cultural. O Multiculturalismo em educação. Espaços de educação formal: escolas indígenas, quilombolas, do campo e especial. A educação e diversidade na LDB, nos PCNs e práticas curriculares. A exclusão social no mundo e no Brasil, territórios, identidades e diferenças. Mediação social, política educacional e grupos especiais”. Contextualização teórica da extensão no Brasil [...]” (PPC- Pedagogia, 2015; 2019).

O primeiro ponto de análise é a designação da disciplina. Embora o termo diversidade represente uma tentativa de incluir e demonstre uma sensibilidade da comunidade acadêmica sobre a importância dos temas, dá margem para inferir uma certa “negligência” epistemológica e pedagógica que induz a entender como uma tentativa de resolver o problema, ou seja, ter um registro formal de que o curso segue uma perspectiva inclusiva. A reflexão exige pensar na contribuição da disciplina para a formação dos/as discentes e sobre a forma como é trabalhada.

O segundo ponto é que, ao reunir um conteúdo diverso, numeroso e extenso exige um lastro de conhecimento e uma alta competência da/o professor/a. Igualmente, os conteúdos relativos as áreas de conhecimento que correspondem a campos epistemológicos específicos podem ocasionar uma formação extremamente superficial e inconsistente.

Terceiro ponto: ter uma carga horária de duas horas semanais têm implicação na distribuição e condução didática do conteúdo, além de induzir o aligeiramento face ao cumprimento do programa em trinta e quatro horas semestrais. O aligeiramento somado ao

pouco aprofundamento e uma equação com grandes riscos para a formação das/os novas/os professores/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui suscitadas buscam, objetivamente: induzir uma problematização e análise sobre a formação dos professores da educação infantil e dos anos iniciais do ensino Fundamental; visibilizar o currículo de formação ofertado pelo curso de Pedagogia e, simultaneamente, visibilizar este nível de ensino quase sempre “desprivilegiado” nas pesquisas científicas. Longe de termos um posição conclusiva, o horizonte investigativo aponta para um currículo distanciado das questões sociais que estão na *ordre du jour* e das pautas feministas.

REFERÊNCIAS

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Editora Paz e Terra, 1988

SARDENBERG, C. Considerações introdutórias às pedagogias feministas. **Revista Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. Bahia, 2011, p. 17-32. Disponível em: http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/ENSINOeGENERO_miolo_FINAL.pdf. Acesso em: 05/07/2022 às 15h01

SCHUTZ, A. (2001). Choosing Among Projects of Action. In: Alexander, J. (Ed.). **Mainstream and critical social theory**: classical, modern and contemporary, II, 2001, p. 332-355

UECE. Projeto Político Curricular do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Limoeiro do Norte: FAFIDAM, 2019. Disponível em: http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/35/2018/03/ppc_pedagogia_fafidam_fluxo2011-1_16-7-14.pdf. Acesso em: 05/07/2022 às 05/07/2022